

Foto 9: Feira Agroecológica – Mangabeira 23/11/2001



Fonte: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba

CAPÍTULO 2 A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

2.1 . O TRABALHO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Não é possível falar em economia popular solidária sem falar de trabalho enquanto elemento fundante dessa “outra economia” proposta no Brasil e no mundo nesses últimos anos. Primeiro porque, historicamente, ela se origina e se desenvolve a partir das classes que vivem do trabalho. Esses setores são, ao mesmo tempo, protagonistas e destinatários dessa forma de viver, de pensar um novo modelo de desenvolvimento e de reorganizar o processo produtivo, em outros parâmetros diferentes dos quais são postos pelo capitalismo. Segundo, porque, é pelo trabalho, enquanto ação consciente, que o humano se diferencia dos outros animais, à medida que, relacionando-se com a natureza, constrói um

processo humanizante se diferenciando do modo de produção capitalista que, ao reduzir o humano à condição de mercadoria, desumaniza-o.

As observações sobre o trabalho não são uma construção moderna, apesar de ter sido no século XIX, de forma mais precisa, objeto de estudo teórico de muitos, adquirindo um formato mais elaborado que tem contribuído muito com as análises das sociedades e mantendo-se enquanto conteúdo atualizado.

Uma das formulações do trabalho, enquanto expressão central da vida humana, vem dos poetas. É na Grécia Antiga a partir das contribuições de Hesíodo (poeta contemporâneo de Homero), que se inaugura uma linha de pensamento no qual o *trabalho* contém um valor educativo fundamental para a formação do ser humano.

A *paidéia* grega (Homero) elege a beleza e destaca a aristocracia, valorizando os heróis e cavaleiros nobres como paradigma societário. Hesíodo recorre a sua experiência de agricultor e elege os agricultores gregos como o público prioritário de seus poemas. A luta que o poeta vislumbra não está centrada no duelo entre os nobres cavaleiros, e sim, na vida simples do dia-a-dia. Em “Os trabalhos e os dias”, o poeta HESÍODO³⁴ proclama, citado por Melo Neto (2003, p. 120):

Por trabalho os homens são ricos em rebanhos e recursos. E, trabalhando, muito mais caros serão aos imortais. O trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é.

Aqui está posto um pensamento que contempla um outro olhar na educação do humano. O trabalho começa a ser instrumento de inspiração dos poetas o qual, mesmo não sendo a corrente hegemônica, traz, sem dúvida, uma grande contribuição para o mundo grego e certamente para o Ocidente. Segundo Melo Neto (2003: 120), “está na poesia hesiódica não mais a medida do homem pela sua árvore genealógica, mas pelo seu trabalho, que o torna independente e feliz”.

³⁴ Hesíodo, Teogonia. Tradução e comentários por Ana Lúcia Silveira Cerqueira e Maria Therezinha Arêas Lyra. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 1979.

No século XIX, o filósofo alemão, Karl Marx, vai além da teoria econômica clássica, que centra seu enfoque no crescimento econômico, na produção de riqueza, mostrando em sua teoria que cabe ao homem o papel de produtor de mercadorias. Marx inaugura um pensamento onde está contida a dimensão humana do trabalho. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, ele inicia a construção teórica do *trabalho alienado*.

O filósofo alertava que o capitalismo transforma o trabalhador à mera condição de mercadoria, à medida que não reconhece o humano enquanto um ente-espécie³⁵. Isto se dá quando o fruto do trabalho humano não pertence ao trabalhador, lhe é alienado, é apropriado por outro. Afirma ainda que a alienação não acontece apenas no aspecto físico, na coisa produzida, mas ocorre no próprio processo produtivo capitalista, no ato da produção, já que o trabalho passa a ser um ato de sofrimento, e não, de liberdade, de ação criativa, fruto da relação do humano com a natureza.

Na economia solidária, o trabalho pode ter o seu sentido resgatado. Primeiro porque o produtor é dono do que produz. Ele tem a liberdade de oferecer seu produto a quem for mais interessante, a depender das condições objetivas para isso. Segundo porque, sendo o trabalhador da economia solidária dono dos meios de produção, isso possibilita a liberdade de criação, e o processo produtivo, mesmo com todas as dificuldades, deixa de ser um ato angustiante e pode construir-se enquanto uma possibilidade de atividade prazerosa.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA - UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

A Economia Solidária nasce na Grã-Bretanha do início do século XIX, no processo de grande exploração do trabalho nas fábricas, sem legislação que garantisse as mínimas condições de vida para milhares de pessoas. O inglês Robert Owen, grande proprietário atípico de indústrias têxteis

³⁵ Para Marx, o homem é um ente-espécie porque é o único animal que tem consciência de si mesmo. Como para ele é a atividade vital que caracteriza a espécie, no humano, o trabalho é livre e consciente. Qualquer intervenção nesse processo, no caso do trabalho alienado, é uma ameaça à própria condição da espécie humana.

em New Lanark e tido como “socialista utópico”, implementou algumas iniciativas tais como limitar a jornada de trabalho, proibir o trabalho infantil, criar escolas para as crianças etc.

Depois da Revolução Francesa, a economia britânica entrou numa grande depressão. Era necessário restabelecê-la. Nesse sentido, relata Singer (2002, p. 24):

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustentação aos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem investidos na compra de terras e construção de Aldeias cooperativas. Em cada uma delas viveriam cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias; os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as aldeias.

Owen fez cuidadosamente todos os cálculos de forma a mostrar que haveria imensa economia de recursos, já que os pobres seriam reinseridos no mercado e assim se expandiria a criação de riqueza, permitindo rápida recuperação do valor investido. O governo britânico negou-se a implementar o plano de Owen. Segundo Cole (1944, p. 22, citado por Singer (2002, p. 26), “quanto mais ele explicava o seu plano, mais evidente ficava que o que propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista”.

Assim Owen perdeu seus admiradores da classe alta, foi para os Estados Unidos da América com o projeto de iniciar um modelo de sociedade do futuro: uma “Aldeia Cooperativa”, numa sociedade mais nova e por isso menos deteriorada. Com o passar dos anos, enquanto Owen permanecia nos Estados Unidos, os seus seguidores ficaram na Inglaterra e começaram a criar “sociedades cooperativas”.

Chegando agora à época contemporânea nossa, podemos notar que o capitalismo, nos últimos anos, intensificou sua atuação no sistema financeiro, e o mundo do trabalho mudou. O avanço tecnológico e a informática em muito têm contribuído para o desenvolvimento das ciências ao mesmo

tempo em que têm aumentado o exército de desempregados. Muitos postos de trabalho assalariado foram extintos sem, contudo, haver uma preocupação com a inserção das pessoas no mundo produtivo.

Sem trabalho e fora do mercado, portanto, sem poder de consumo, os trabalhadores se vêem fragilizados e com sua sobrevivência ameaçada. O tempo livre advindo das descobertas tecnológicas, o que poderia servir para melhoria da qualidade de vida, tem causado angústias e incertezas para muitos setores que vivem do trabalho em todo o mundo.

A Economia Solidária, nesse cenário, ressurgiu como uma possibilidade de garantir a sobrevivência dos setores empobrecidos a partir dos empreendimentos solidários. Ela traz consigo uma outra perspectiva do trabalho, pautada em uma economia que considere o humano e preserve o planeta. Esse é um conhecimento adquirido em mais de 200 anos de coexistência com o capitalismo.

2.3 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – CONCEITO

O conceito de economia solidária ainda se encontra em construção, não havendo divergências significativas entre os autores. Há uma acentuação em um determinado enfoque que serve de complementaridade.

O conceito mais aproximado do que tem sido a prática da economia solidária é apontado por Arruda, que considera o termo *socioeconomia solidária* mais apropriado para definir essas práticas. Para o autor (2003, p. 235), “são práticas fundadas em relação de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e a acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica”.

Gaiger prefere falar em *economia popular solidária* e se dedica ao estudo das iniciativas produtivas, que ele chama de empreendimentos econômicos solidários – EES - como sendo uma iniciativa criada da livre vontade de seus integrantes, que geralmente são trabalhadores excluídos do

mercado de trabalho à procura de alternativas de sobrevivência ou, em alguns casos, movidos por convicções pautadas na compreensão de formas coletivas de organização.

Gaiger (2000, p. 137) entende que os empreendimentos econômicos solidários decorrem da conjunção de cinco circunstâncias: 1) a presença nos meios populares de práticas e tradições associativas; 2) a presença de lideranças legítimas e ativas; 3) a redução das modalidades convencionais de subsistência causada pela maior seletividade do mercado de trabalho e pela ineficácia das políticas públicas de emprego; 4) a mediação de organismos representativos ou de apoio, capazes de canalizar a demanda social para alternativas associativas; 5) a formação de um cenário político e ideológico que reconheça como relevantes essas demandas.

A *economia solidária*, para Singer (2000: 13), “é o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”.

O autor traz o elemento da economia solidária como modo de produção³⁶ baseado na propriedade coletiva e no direito à liberdade individual nas iniciativas econômicas, o resultado seria a solidariedade entre os produtores. Porém ele alerta que, para que isso aconteça são necessários mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. No seu entender (*ibid*, p. 10), “mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável”.³⁷

³⁶ Entendemos que *modo de produção* é um conceito mundialmente reconhecido pela economia política, construído em um processo histórico, portanto, a economia popular solidária e colocada numa perspectiva de construção.

³⁷ O autor aponta como alternativa a constituição de um fundo criado pelo Estado oriundo do imposto de renda progressivo, que comporia uma renda básica igual distribuída a todo cidadão. É o que ele chama de “renda cidadã” (*ibid*, p. 11).

Optamos pelo conceito construído por Singer, por entender que esse parece mais amplo na definição e preciso no conteúdo. Preferimos chamar de economia popular solidária porque achamos importante destacar, no *popular*, as pessoas que vivem de sua força de trabalho na perspectiva dessa “outra economia”.

2.4 A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - UM MOVIMENTO SOCIAL

A economia solidária, enquanto movimento social, surge no início do século XIX como expressão da luta dos trabalhadores no início da era das revoluções industriais. Foram duas, as principais estratégias criadas pelos trabalhadores para se contraporem à exploração do capitalismo. Uma das formas foi a criação dos sindicatos de trabalhadores enquanto corporações classistas; a outra forma encontrada foi a organização de empresas cooperativas criadas pelos trabalhadores demitidos das fábricas, os quais competiam no mercado com os empresários, seus antigos patrões.

Na crise do sindicalismo inglês, quando muitos sindicatos foram para a clandestinidade, fortaleceram-se as iniciativas de cooperativas ligadas ao movimento sindical. Segundo Singer (2002, p. 29), “os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhoria salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve torna-se uma arma, não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão”.

Para entender a economia solidária no Brasil, enquanto movimento social, é importante resgatar a teoria dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil a partir do paradigma europeu que norteou os estudos dos movimentos sociais nesse continente. Gohn (1997) assevera que:

A influência do paradigma europeu se fez presente nos estudos dos movimentos sociais na América Latina principalmente pela corrente marxista, num cenário onde as lutas pela

redemocratização eram uma urgência. As leituras da realidade eram feitas principalmente a partir deste referencial, o que fez surgir uma certa rigidez no pensamento científico-acadêmico.

Para Gohn, a rigidez desse pensamento vinha da separação entre o fenômeno a ser estudado e a reflexão, que era baseada em procedimentos predeterminados. Segundo a autora, não havia liberdade necessária da razão para captar a ressonância que os fenômenos provocavam na realidade social.

Partindo dessa preocupação, a autora cria um conceito de movimentos sociais como sendo (1997, p. 253) “ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”.

Isto não quer dizer, que, atores sociais coletivos de diferentes classes sociais se mobilizem pelas mesmas causas. Nesse sentido chamamos de movimentos sociais populares para demarcar o campo de atuação das classes que vivem do trabalho.

Analisando as características dos movimentos sociais, Gohn aponta alguns elementos que devem ser considerados na formulação do paradigma latino-americano e da intervenção no Brasil. Um deles é a *diversidade* dos movimentos sociais existentes.

Em sua maioria, os movimentos populares buscavam garantir os direitos econômicos, básicos à sobrevivência (terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, etc.), diferenciando-se dos antigos movimentos de bairros do tipo de sociedade amigos de bairro que quase sempre eram de caráter populista e clientelista.

Os movimentos sociais populares sempre tiveram uma *relação com as igrejas* de muita proximidade, principalmente com a Igreja católica, e um estreito laço com a teologia da libertação. No Brasil os movimentos populares tiveram, principalmente na década de 1980, um grande reforço da ala progressista da Igreja católica.

Durante a ditadura militar, os movimentos populares tiveram uma *relação com o Estado* de luta contra esse estado ditatorial. Com a democratização, as estratégias de alguns movimentos mudaram, e muitos deles se colocaram apoiando o Estado na tentativa de serem incluídos.

Um outro elemento importante na caracterização dos movimentos sociais diz respeito às ideologias. Segundo Gohn (1997, p. 235), “ todo movimento social é articulado a um conjunto de crenças e representações e são eles que dão suporte às suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos”.

Um elemento importante a ser destacado nesse resgate é a *articulação entre os movimentos populares*. Os movimentos sociais que se dedicaram a demandas locais, sem articulações, com bandeiras de lutas gerais da sociedade, geralmente enfraqueceram. Os que conseguiram criar estruturas de articulações nacionais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, do Movimento de Luta pela Moradia, entre outras, fortaleceram-se.

2.5 A EXPERIENCIA BRASILEIRA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA – ALGUNS ATORES.

No início do século XX, juntamente com os imigrantes europeus, chega ao Brasil o movimento cooperativista. Este se solidifica principalmente na região Sul. No Nordeste é quase inexpressivo porque a tradição de organização do trabalho, principalmente no campo, é a cultura da produção familiar.

As cooperativas trazidas pelos europeus ao Brasil eram, principalmente, do tipo agrícola no campo, e de consumo, na cidade. Esses empreendimentos cooperativos se expandiram e alguns se transformaram em grandes empresas agroindustriais e comerciais.

São muitas e bastante variadas as experiências econômicas dos setores populares na tentativa de sobrevivência. Os empreendimentos populares são expressões dos conflitos e das contradições produzidas pelo modelo de desenvolvimento no mundo atual, que concentra renda e propõe ações de combate à fome e pobreza. Em relação a isto, afirma Tiriba (2001, p. 339) “a complexidade da economia popular não está dada somente pela diversidade com que ela se apresenta, mas pela complexidade de interesses que orienta cada um de seus agentes externos”.³⁸

Sem querer tipificar as experiências econômicas dos setores que vivem do trabalho, é preferível indicar três grandes blocos que parecem aproximar esses empreendimentos. Os quais serão comentados a seguir.

Os empreendimentos podem ser populares e não ser solidários. Estes empreendimentos se colocam dentro do paradigma da *inclusão* dos setores populares na economia de mercado. Os analistas que defendem a permanência deste fenômeno, com mudanças apenas tradicionais, partem do princípio de que o mercado exige mão-de-obra qualificada (por isso os trabalhadores estão desempregados), elegem como maior desafio superar a falta de capacitação dos trabalhadores.

Entre essas experiências, estão as iniciativas de “geração de emprego e renda”, promovidas principalmente por algumas agências oficiais, tais como os Banco do Nordeste e Banco do Brasil, com programas específicos, como o PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda - entre outros. Na qualificação profissional, contam com o suporte logístico e técnico do SEBRAE, do SINE – Serviço Nacional de Empregos, e recursos financeiros dos trabalhadores, com é o caso do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Na visão de Bertucci(2000, p. 139):

Uma certa visão, compatível com as crenças liberais, próprias das políticas focais, orienta os que não têm acesso ao mercado formal de trabalho para o exercício de sua capacidade de

³⁸ Os agentes externos que a autora se refere diz respeito a cooperação internacional seja ela ONGs, BIRD Banco Mundial, etc e aos setores de âmbito nacional estado e ONGs.

empregabilidade empreendedora; para que se transformem em empresários de si mesmos (...) aprenderiam com o mercado capitalista a arte dos negócios, como se houvesse uma evolução contínua entre os empreendimentos populares e pequenas empresas.

Nesse campo, os governos têm conseguido através do “discurso” de parcerias com a sociedade civil, implementar sua política. É o caso das centrais sindicais, principalmente a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores, essas entidades têm se envolvido na gestão dos recursos públicos e executado ações na área de qualificação profissional, gerando inclusive um debate político interno (principalmente na CUT), sobre o papel da entidade.

Como o problema do desemprego é estrutural e está centrado no modelo de desenvolvimento (este modelo não comporta esta categoria social porque não interessa ao mercado globalizado), essas iniciativas são importantes (principalmente no imaginário popular), mas são medidas paliativas e insuficientes que não resolvem o problema do desemprego no Brasil. Apontam para a direção da flexibilização do trabalho e têm no seu horizonte, como nos indica Tiriba (2001, p. 340) “o interesse do grande capital na pequena produção, enquanto compradora de seus produtos e serviços e, ao mesmo tempo, como contenção de conflitos sociais”.

Um outro bloco tem *presente solidariedade, mas não são oriunda de setores populares*³⁹. Trata-se de atores que desempenham ações bastante valorosas e de grande aceitação popular. Estão preocupados com a situação de pobreza da maioria da população, mas não questionam o modelo de desenvolvimento em voga. Alguns conseguem implementar um modelo de co-gestão da empresa, onde os trabalhadores têm maiores benefícios sociais. Um dos maiores exemplos dessas experiências é a chamada *economia de comunhão*, implementada por empresários pertencentes ao Movimento Focolari

³⁹ Popular aqui se refere aos que vivem de sua própria força de trabalho.

da igreja católica, criado pela italiana Chiara Lubich e difundido por muitos países, inclusive no Brasil⁴⁰

E finalmente, existem as experiências econômicas *populares e solidárias*. Estas são oriundas principalmente de grupos com certo nível de organização, com pessoas que vêm dos movimentos populares, de lutas anteriores (mesmo que, no interior do empreendimento sejam incorporadas pessoas que não participem efetivamente dos movimentos, mas estão ligadas ao grupo por algum vínculo). São os excluídos do mercado, os trabalhadores rurais sem terra, sem casa, das periferias das cidades, desempregados, que decidem iniciar alguma atividade produtiva para garantir sua sobrevivência. Percebe-se que, quando as pessoas se juntam apenas para receber algum tipo de crédito e iniciar alguma atividade produtiva, têm mais dificuldades de manter o grupo produzindo na perspectiva da economia solidária. Estes grupos são motivados por grupos de fora, notoriamente algumas organizações não governamentais.

No Brasil algumas entidades têm se destacado enquanto atores políticos no cenário da Economia Solidária.

A *Cáritas Brasileira* é uma das pioneiras no trabalho com empreendimentos solidários. Desde 1983, tem apoiado iniciativas produtivas denominadas de PACs – Projetos Alternativos Comunitários - que têm como objetivo, segundo Bertucci e Silva (2003, p. 5), "a emancipação dos participantes da pobreza em que estavam mergulhados bem como a sua emancipação política e espiritual pelo engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual".

A *Cáritas Brasileira* articula uma rede de Economia Popular Solidária, presente em 14 Estados – Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Coordena também um Fundo

⁴⁰ Há uma literatura em várias línguas sobre o assunto na Internet. Também, quem consultar a edição brasileira da revista *Cidade Nova do Movimento Focolari* verá muitos artigos sobre a economia de comunhão.

Nacional de Solidariedade destinado a projetos sociais. Os PACs são em sua maioria compostos por grupos informais, famílias no campo e nas periferias urbanas, com a presença forte do trabalho com mulheres⁴¹.

A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogetionárias e Participação Acionária – ANTEAG -, criada em 1994, tem, entre os seus maiores expoentes, o economista Paul Singer. A ANTEAG dedica-se à assessoria a empresas falidas e sua reestruturação sob controle dos trabalhadores a partir dos princípios da economia solidária. Uma de suas ações no Nordeste brasileiro está na usina Catende, na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

A Central Única dos Trabalhadores – CUT criou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS. Compõe sua missão (ADS, 2000, p.2) “promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário”.

A ADS com apoio da cooperação internacional e de fundos públicos brasileiros, tem investido na construção de complexos cooperativos e de sistemas de crédito cooperativo através de assessoria aos empreendimentos solidários.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - introduziu o cooperativismo enquanto estratégia de desenvolvimento nas áreas de assentamentos de reforma agrária. Segundo Lima (2003, p. 42):

São 96 pequenas e médias agroindústrias, processadoras de frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces que beneficiam indiretamente aproximadamente 700 pequenos municípios no interior brasileiro. Em torno dessas agroindústrias, existem 400 associações de produção comercialização e serviços; 49 cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2.299 famílias associadas; 11.174 sócios indiretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e três cooperativas de Crédito com 6.521 associados.

⁴¹ Entre 1995 e 2000, a Cáritas Brasileira apoiou 1004 PACs. Desses projetos, 83% estão em atividade. Foram envolvidas 57 mil pessoas e um total de investimento de R\$ 7.000.938,00. Bertucci e Silva (2003, p. 34)

Essas iniciativas muito têm contribuído com o incentivo da Economia Solidária, sobretudo na região Sul do Brasil, porém têm tido dificuldade de implementação nas outras regiões do país, onde as pessoas não têm a cultura do cooperativismo.

A rede universitária das *Incubadoras de Cooperativas Populares* e outra rede similar da Unital Trabalho têm dado uma contribuição de singular importância das universidades brasileiras à economia solidária. São todas as incubadoras somadas - mais de 50 instaladas nas universidades com a missão de prestar um serviço de assessoria aos empreendimentos solidários na criação e no fortalecimento de cooperativas de trabalhadores a partir do princípio da autogestão.

Uma iniciativa importante de Economia Solidária, conhecida como o *Banco do Povo*, foi desenvolvida pelos governos do campo democrático popular, em especial pelos governos petistas do Rio Grande do Sul (principalmente na gestão do governo Olívio Dutra), como também em Belém do Pará, São Paulo e Recife.

O Banco do Povo é um programa de crédito destinado aos setores populares. Foi iniciado no Rio Grande do Sul e tem fortalecido o “movimento da economia solidária”. Esse parece ser o Estado do Brasil onde a economia solidária tem se constituído enquanto sujeito coletivo. Foi o Rio Grande do Sul que iniciou as experiências das feiras de economia solidária, enquanto espaços de venda de produtos e de debates com a sociedade sobre a economia solidária. A Feira Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Sul já está no seu quinto ano e tem animado a realização em outros estados e outros países, como é o caso do Chile e do Uruguai, que realizaram suas feiras a partir da experiência gaúcha.

As *redes de colaboração solidária* têm se constituído como uma estratégia fundamental na efetivação da economia popular solidária. Isto porque a rede, em sua essência, é constituída pelo respeito às diferentes culturas e realidades. “São nessas redes em que a solidariedade compõe a luta por justiça e liberdade para todas as pessoas, com anseios de ternura, beleza e alegria” Mance (2002, p. 7).

Foto10: Feira Nacional de Agricultura Familiar –BA junho de 2002



Fonte: Comissão Pastoral da Terra

CAPÍTULO 3 A EDUCAÇÃO POPULAR – UMA PONTE PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO

Descobrir, localizar e compreender o verdadeiro papel da educação, na produção do conhecimento e desenvolvimento da humanidade, tem animado gerações, provocado movimentos, causado polêmica e servido de “ferramenta” para muitos teóricos e intelectuais.

Cambi (1999) afirmava que é no final do século XVIII quando ocorre, de forma mais efetiva, o processo de laicização; quando nasce o capitalismo, e com ele, a abertura de novos horizontes, surge o mercado como movimento que aglutina, articula as pessoas e possibilita o conhecimento de novas experiências. Emancipa-se a concepção de mundo do paradigma religioso, inaugura-se o tempo da

razão, da explicação científica da realidade, em contraposição à explicação transcendental da qual a igreja é portadora e fonte de inspiração.

A sociedade se pauta em torno de outros eixos: o pluralismo e o ideal de liberdade, através de que o indivíduo torna-se sujeito social necessário na nova sociedade urbana. O Império é duramente criticado, surge uma nova estrutura de Estado, aparecem as novas classes sociais. A difusão das idéias através dos livros, da imprensa e a alfabetização favorecem a afirmação de uma cultura laicizada. A *Educação* torna-se o instrumento da mudança social. A ela é conferida a responsabilidade de criar o homem novo, capaz de responder aos desafios que a sociedade moderna impõem. Toma forma a pedagogia do Iluminismo, necessária a um mundo moderno, que precisa de um homem participante da vida social e ativo na vida civil.

Em meio a tantas mudanças, a busca de acertar o caminho, de construir respostas parece ser um incessante debate que atravessa os séculos. A modernidade solidifica-se com a revolução tecnológica, e o processo de globalização da economia modifica as relações sociais na atual sociedade.

Durante a primeira metade do século XX, o discurso liberal moderno seguiu defendendo a escolarização como um modo privilegiado de educar as grandes massas, utilizando como sinônimos: educação básica estatal-universal e educação popular. O liberalismo pedagógico moderno desenvolveu um sistema de instrução pública centralizado e estatal, que produziu circuitos desiguais de educação, ao mesmo tempo em que difundiu a cultura moderna a grandes setores sociais.

O debate do que tem sido *objeto/conceito* de educação popular mostra o seu caráter histórico, à medida que a Educação é reconhecida como direito do cidadão e obrigação do Estado, que as camadas populares podem interpelá-los legitimamente e canalizar sua luta pela democratização do ensino e da cultura. A luta pela escola, nos últimos 150 anos, fez parte da confrontação entre os interesses dos trabalhadores e dos donos do capital.

O conceito de educação popular que orienta esse trabalho é, em si, produto e processo do que acreditamos ser Educação Popular⁴²:

Um fenômeno de produção e apropriação culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

Segundo Carlos (2003), do ponto de vista semântico, a educação popular está imbuída de significados nos quais os aspectos são nitidamente diferentes. O fato de entender em assumir o popular enquanto o destinatário da ação, isto é, “o que é feito para” é totalmente diferente do “que é feito de ou com”. Segundo o mesmo autor, está contida, aí, a idéia de exterioridade e interioridade, o que, no caso da educação popular, é de fundamental importância para esclarecer a compreensão do termo.

Assim sendo, só há educação popular onde a produção dos bens culturais seja ao mesmo tempo produto e processo. Esse fenômeno só acontece quando há o protagonismo e empoderamento das pessoas envolvidas no processo educativo.

3.1 A EDUCAÇÃO POPULAR – ALGUNS ASPECTOS DA SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

No Brasil e na América Latina, o conceito de Educação Popular sofre modificações a depender da conjuntura política, social e econômica. Essas mudanças se aplicam de forma diferenciada em vários países latino-americanos.

⁴² Esse conceito foi construído de forma coletiva pelas turmas de *Teoria em Educação Popular e História e Filosofia da Educação Popular*, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB), em João Pessoa. As disciplinas foram coordenadas pelos professores José Francisco de Melo Neto, Maria do Socorro Batista Xavier e Eymard Mourão Vasconcelos, tendo sendo desenvolvidas durante o primeiro semestre letivo do ano de 2003.

De forma particular, Paiva (1986) relembra que, no Brasil, principalmente depois do Ato Institucional Nº. 5, editado pelo regime militar em dezembro de 1968, o conflito Estado/Igreja, a partir do Vaticano II, o surgimento das CEBs e o aprofundamento da desilusão em relação ao socialismo real são fatores que colocaram em questão o caráter popular de qualquer educação que partisse do Estado e da escola em geral. A escola e os programas educacionais do Estado não seriam populares porque estariam a serviço exclusivo da reprodução social e da legitimação da ordem vigente. Essa tendência maniqueísta tem sido amplamente criticada, mostrando que as tendências integralistas, isto é, as que estão afinadas com a manutenção do *status quo*, podem estar presentes tanto nos programas governamentais, quanto naqueles promovidos pela Igreja ou pelos empresários.

A evolução da Ação Católica no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1950, especialmente dos seus setores estudantil e universitário, modificou os referenciais em dois níveis. Por um lado, no começo dos anos 1960 uma parcela considerável das forças católicas voltou-se para a educação não-escolar da população adulta, com financiamento público, e reduziu a importância do debate centrado na disputa: escola pública X escola privada; em segundo lugar, os caminhos tomados pelo Movimento de Educação de Base -MEB e o desdobramento das idéias que orientaram os jovens católicos naquele período, que além de participarem do MEB se engajaram em diversos movimentos da sociedade civil, cuja ação estava voltada à politização da educação popular de jovens e de adultos.

Houve, antes de 1964, uma reorientação do movimento católico tanto ao nível das idéias pedagógicas quanto ao nível do tipo de ação educativa preferencial. A educação popular e o trabalho político-pastoral fundiram-se progressivamente, especialmente nos países onde, em consequência dos golpes militares, a Igreja se mostrou ser a única instituição suficientemente forte para seguir atuando junto às camadas populares.

transformando em muitos lugares da América Latina.

A busca desafiadora de incorporar a teoria, o pensamento crítico, criativo, reflexivo ao ensino, a partir das discussões, favorece um dinamismo no qual os educandos são estimulados a pensar e repensar, exercitar o rigor conceitual como ato de busca de desejo de saber sendo provocados a participar da conexão rica e dinâmica da realidade.

O perfil da motivação é desmistificado, sendo situado outro eixo no interior da relação do sujeito com o conhecimento, enquanto ponto de partida para a superação do maior problema do aprendizado na educação, que é a alienação do educando. Constituída na lógica de um projeto contra-hegemônico, e direcionada aos interesses emancipatórios da maioria da sociedade, a educação libertadora, nessa perspectiva, pode ser conceituada segundo Freire (1986, p. 46) como, “uma situação na qual tanto os professores como os alunos devem ser os que aprendem, devem ser sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes.”

As questões mais essenciais da existência humana, ou seja, o pensar, o fazer e o sentir, abrem outros horizontes ao tempo em que tentam superar as barreiras das diferenças, racionalidades, especialidades e religiões numa convivência plural.

Esse enfoque de ênfase na pluralidade revela-se também presente no processo de ensino/aprendizagem e na construção da democracia, como destaca Souza (1998, p.28): “Ser pessoa, dizer sua palavra requer processos de formação na ação e na reflexão, complexos, amplos e consistentes. São fenômenos culturais que se aprendem e apreendem socialmente e exigem processos educativos situados e datados.”

Ocorre, assim, nessa lógica da educação popular, a necessidade de encontrar soluções para os problemas e as perguntas que se encontram na Educação Popular.

3.2 A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO ATUAL

Inicia-se o século XXI e, com ele, inaugura-se um novo tempo. Saímos de um final de século em que o modelo de desenvolvimento hegemônico vinha sendo questionado como degradador e insustentável. São muitos os desafios apresentados à educação para os novos tempos, a partir da percepção do contexto global atual, resultante de um paradigma racionalizante efetivado pelo processo de globalização.

O mundo se torna mais complexo, a problematização posta na realidade, com a rapidez da informação e da comunicação, dá visibilidade a questões nunca vistas antes na história da humanidade. Por todos os lugares, em todos os campos, surgem demandas por outras formas de desenvolvimento e de relacionamentos. O espaço local está intrinsecamente interligado ao global, as distâncias geográficas diminuem, aumentam a concentração de renda e a exclusão social, populações são dizimadas, o planeta reage, não suportam as agressões, fortalecem-se o individualismo e a intolerância.

É necessário reproblematicar continuamente os conceitos de Educação Popular. Partindo de uma epistemologia da Educação Popular na sua complexidade, é que se manifesta. Calado (1998, p. 123), ao expressar uma dialética “da Oikía (casa, família, espaço privado, subjetividade) à Pólis (espaço público, lócus das decisões macro-estruturais), e desta àquela, passando pelas relações associadas a produção/trabalho/classe social, a gênero, a etnia, a nação/região/espacialidade, a distintos grupos etários.”

Essa visão sociológica apresenta diferentes aspectos do atual quadro de profundas e rápidas mudanças do processo de globalização e de reestruturação produtiva, as quais implicam mudanças estruturais e um impacto profundo em escala planetária em diferentes campos da realidade, nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Nesse contexto, desdobram-se as manifestações do pensamento neoliberal na educação, com

destaque para inúmeras ações e reformas educacionais que ameaçam direitos sociais conquistados historicamente. Isso faz também ressaltarem aos olhos diferentes perspectivas de abordagens temáticas, sendo que tanto se evidenciam linhas de interpretação que se conformam com as regras do jogo neoliberal (im)posto, como também uma crescente tendência de abordagens alternativas.

Baseados nessa proposição, podem ser situados os desafios postos por diferentes conjunturas à Educação Popular, e por conseguinte, aos pesquisadores, pois, nesse eixo, destaca-se a questão de caráter epistemológico associada aos limites e às possibilidades da realidade social, reconhecida a insuficiência de algumas categorias frente às profundas transformações atuais, a perspectiva de ir além, associando-a a outras leituras científicas do mundo, da realidade, buscando dialogar com outras proposições teóricas.

No campo da Educação Popular, esses diferentes contextos sócio-históricos sempre incidiram sobre as elaborações teóricas e sobre as proposições dos principais teóricos. Contudo não é possível manter o domínio do conhecimento, em especial, da Educação Popular, imune às reviravoltas do quadro sócio-histórico, sem relacioná-lo ao agravamento das condições de vida da maioria das sociedades, o que certamente pressupõe a busca de caminhos de superação, fazendo com que sejam apresentados pontos para a (re)problematização.

Nesse sentido, para quem pretende fazer ciência considerando a natureza e a extensão dos novos desafios, é preciso considerar que a realidade é sempre mais rica e complexa do que a capacidade do sujeito cognoscente (individual e coletivo) de apreendê-la e sistematizá-la integralmente. Um aspecto importante nessa abordagem sociológica está no fato de considerar o cotidiano enquanto categoria de análise e sua riqueza nas possíveis conexões com as diferentes esferas das realidades humanas, articulando as macro-relações com as micro-relações.

As novas condições históricas imprimem valores, lógicas, pensamentos e conhecimentos

inovadores antes desconhecidos. Desafiam as teorias do conhecimento, em particular, a Educação Popular.

Gonçalves (1998), na discussão da modernidade e da pós-modernidade, oferece uma visão geral na qual situa os conceitos de Educação Popular no bojo de uma tradição prática e discursiva, com ênfase significativa no componente político. Segundo a autora, esse componente tem sido gerador de algumas lacunas no que se refere à ausência da reflexão pedagógica da educação popular. Destaca duas posições sobre a relação da Educação com a sociedade, que têm influenciado as diferentes tendências da Educação Popular: Uma ligada a Althusser, que considera as instituições educativas como um espaço burguês, e a outra, herdada do pensamento gramsciano, que ressalta a Educação como espaço de construção da hegemonia da classe subalterna. As duas posições têm historicamente reduzido a Educação Popular porque não consideram seu passado histórico.

Segundo Gonçalves (1998, p.215), “a educação popular enquanto processo, tem configurações históricas diferenciadas ao longo do tempo, cujo elemento unificador é a organização popular(...) É a história do homem do povo que busca a afirmação da sua identidade, que luta pela sua organização”.

Faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo rigoroso entre Educação Popular e Pedagogia, ressaltando o respeito pela cultura do outro, considerado na base de uma proposta pedagógica, na qual a pedagogia, enquanto estatuto epistemológico da ação educativa, seja o nexo entre teoria e prática, considerada na sua multidimensionalidade.

Nesse contexto de realidade desafiante, é preciso construir pistas na perspectiva de descobrir novos caminhos. Uma delas está na relação entre razão e sentimentos, atentando para a necessidade da criação de linguagens pedagógicas; a outra é a diversificação dos espaços educacionais, a partir de uma leitura das mudanças na natureza das relações sociais que emergem na sociedade global.

Essas novas formas de pensar e compreender a Educação Popular pressupõem o estabelecimento de novos vínculos, a abertura para dialogar com velhos e novos interlocutores, com o devido tratamento teórico, capazes de (re)construir a prática educativa, transitando entre o científico e o não científico, acenando em novas direções capazes de afirmar a solidariedade, o afeto, a emoção, como aspectos essenciais ao lado da razão, indicando novos caminhos para a educação, e, em especial, para a Educação Popular.

É importante pontuar algumas questões relativas ao trabalho da Educação Popular, que pressupõe a formação de um *olhar* promovedor de relações de reciprocidade. Para formar este novo olhar, é preciso renovar as práticas pedagógicas, favorecendo assim a complexidade da (re)leitura das relações inerentes às relações em Educação Popular, nas quais são considerados segundo Fleuri (1998, p.113), “como integrantes essenciais do processo educativo, os aspectos individuais e complexos de cada sujeito, as inter-relações entre sujeito e entre diferentes canais de percepção e comunicação.”

Assim, os desafios postos para o campo educativo são, na mesma proporção, complexos. É preciso construir a educação do futuro, a partir de outras construções teóricas. Assim sendo, quem vem abrir um espaço na construção do conhecimento precisa ser humilde e ousado e *aprender a ser, a fazer, viver juntos e a conhecer*.

Uma das iniciativas fundamentais nesse processo de novas construções está pautada no fato de que é preciso considerar o *risco do erro e da ilusão*, presentes em todo conhecimento porque nenhuma teoria científica está imune ao erro. Além disso, o conhecimento científico não pode tratar sozinho dos problemas epistemológicos, filosóficos e éticos.

Morin (2002) coloca que todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais, com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. No mundo humano, o desenvolvimento da inteligência é inseparável do mundo da afetividade, isto é, da curiosidade, da

paixão que são a mola da pesquisa filosófica e científica. A afetividade pode asfixiar o conhecimento, mas pode também fortalecê-lo.

Um outro aporte que é preciso considerar, que Morin chama de *saberes*, é o princípio do *conhecimento pertinente*. Nele está contida a necessidade de desenvolver a capacidade de se articularem as partes e o todo. É a lógica contrária ao conhecimento fragmentado. Para isso, a educação do futuro precisa pensar numa reforma paradigmática, e não, apenas, programática para assim poder construir de forma holística o conhecimento.

Outro elemento importante posto na realidade contemporânea é a importância de centrar a condição humana na essencialidade da educação. A ela é dada a responsabilidade de desenvolver no humano o sentimento de pertença. Este deve ser o ensino primeiro e universal. Os humanos, onde quer que se encontrem, segundo Morin (2002, p. 47), “devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele.”

É preciso considerar a identidade terrena do gênero humano na sua relação com o planeta. À educação é dada a tarefa de desenvolver no homem a consciência planetária, e ensinar-lhe a conviver com as incertezas, não somente evidenciadas pelas ciências, como também pelo cotidiano, de forma que se considere este como parte inerente do processo de construção do conhecimento.

Um dos grandes desafios da educação refere-se ao fato de que é preciso sair da intolerância para o espaço da compreensão. Isso enquanto meio e fim do processo comunicativo humano. É preciso desenvolver uma compreensão mútua entre os seres humanos. Afirma Morin (2002, p. 93) que cabe “ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade”.

Enfim, é importante desenvolver o sentido pleno de uma democracia terrena, considerando a condição indivíduo-sociedade-espécie, na perspectiva de construir a ética do gênero humano, de desenvolver uma cultura através da qual o humano seja capaz de solidarizar-se entre si, com outras espécies e com o planeta.

O problema central da educação, posto no contexto atual, é o de contribuir com a constituição de um sujeito pedagógico dialógico, na direção de construir uma sociedade justa e solidária. Nesse sentido, o papel dos pedagogos e dos educadores populares deveria dirigir-se à construção de novos pactos, de novas relações educacionais e de novos sujeitos pedagógicos.